



Aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2025, às 09:00 horas da manhã, reuniram-se em uma audiência Pública o Conselho da Previdência, a Diretoria do Jucurutu Previ, a Assessoria Contábil e o Engenheiro Civil Arthur Ruan da Silva Pereira, responsável pelo projeto da obra da sede da PREVI JUCURUTU e um pequeno número de funcionários ativos e aposentados no Teatro Público Municipal de Jucurutu Padre João Medeiros Filho, para ouvirem a explanação do senhor Arthur Ruan da Silva sobre o projeto para a construção da Sede da Previ Jucurutu, a assembleia teve início com a senhora Maria da Paz, dando as boas vindas a todos e apresentando o Engenheiro aos presentes, terminada a apresentação, a palavra ficou com o senhor Arthur, onde o mesmo falou que a ideia era expor para o pessoal externo, porque o pessoal do Conselho já tinha conhecimento do assunto, ele falou que a ideia principal era fazer um local que ficasse tanto acessível quanto funcional, visto que muitas vezes se ver a questão de embelezamento e tentar fazer algo mais bonito, só que as vezes o funcional deixa a desejar. O senhor Arthur Ruan fez uma explanação sobre todo o projeto, explicando cada detalhe, dando oportunidade que todos os presentes tirassem suas dúvidas. A gestora, a senhora Maria da Paz falou que o valor da obra está orçamentado em um total de R\$ 494.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil), o senhor Arthur explicou que já saiu a liberação do Idema e também o alvará da Prefeitura e que está tudo certo, esperando somente quem vai ganhar a licitação para executar a obra. A conselheira Maria José de Souza falou que seria interessante dizer de onde veio o dinheiro para a obra. A gestora Maria da Paz explicou que as despesas da Previdência são retiradas da taxa de administração e com economias e devolvendo apenas 50%, (cinquenta por cento) para a conta previdenciária e que antes se devovia 70%. Sendo assim, já se conseguiu comprar o terreno por R\$ 100.000,00 (cem mil) e tem em caixa para essa construção R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais). A gestora Maria da Paz falou da competência dos conselheiros, onde seis conselheiros já estão certificados, falou também da ideia que será colocada em prática de implantar o pró gestão Nível I, onde será um grande passo, pois no RN, ainda não existe nenhuma Previdência que tenha o pró gestão. A assessora Contábil a senhora Eliane Cristina fez uma explanação sobre o que é o Instituto, falou da quantia que tem em caixa, que diferente de outros Institutos, o Instituto de Jucurutu está em uma posição confortável. Terminou o ano de 2024, com cerca de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões) em caixa, com uma folha em torno de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a perspectiva para 2025, onde o terreno já foi



pago, como também o trabalho do Engenheiro, bem como frisou da importância de se investir no Pró gestão. A senhora Maria da Paz falou sobre o site da Previdência onde todos os meses são disponibilizados os extratos bancários, os contracheques dos aposentados e pensionistas, as APRs, as atas das reuniões, os comprovantes e as guias previdenciárias, etc. O senhor Geraldo Gutemberg falou sobre a importância de se trabalhar com transparência, já o conselheiro Richard fez uma explanação sobre a importância de se trabalhar com união, onde todos buscam o mesmo objetivo, nesse momento o engenheiro agrônomo do município o Senhor Mateus, falou da importância das reuniões do conselho, a população está presente, porém, sabe-se que o espaço atual não tem como ter a presença da plateia, por se tratar de um espaço pequeno, mas houve o comprometimento de se pensar nessa ideia quando a sede estivesse funcionando, já que o atual espaço não comporta um grande número de pessoas. Nesse momento, o conselheiro, o senhor Richard, lembrou que existem as atas de todas as reuniões disponibilizadas no site da previdência, onde todos podem ter acesso e tudo o que ocorrem nas reuniões ficam registrados em ata. Com esse entendimento, a senhora Maria da Paz deu por encerrada a assembleia, onde os gestores, os conselheiros e a senhora Eliane Cristina se dirigiram para a sede da previdência para realizar outra reunião, dessa vez a prestação de contas dos meses de novembro e dezembro, como também a realização da votação do novo presidente do conselho e a criação de um calendário para as futuras reuniões. A senhora Eliane Cristina falou sobre as receitas arrecadadas, as despesas e o total que ficou em caixa no final de 2024. O ano terminou com um saldo de R\$ 35.461.349,75 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e nove e setenta e cinco). A senhora Eliane Cristina ainda falou que de janeiro a dezembro foi guardado o equivalente a 40%, frisando que tudo está dentro da normalidade e o Instituto está caminhando dentro da legalidade e que o município está fazendo o repasse em dias, bem como o parcelamento. A senhora Maria da Paz falou da necessidade de se eleger um novo presidente do conselho, visto que o Conselheiro Adriano Moura da Silva já estava exercendo esse cargo a dois anos e segundo o regimento a cada dois anos deve existir essa mudança, a votação se deu e por unanimidade, o novo presidente é o senhor Raul Reidner Costa de Medeiros por mais dois anos. Outro assunto abordado foi a criação do calendário das reuniões ao longo do ano, ficando acordado a cada dois meses. Terminada essa segunda parte da reunião, a senhora Maria da Paz, falou sobre a próxima reunião que seria com o senhor prefeito Iogo Queiroz para tratar sobre as licitações e o que o Procurador do Município, o senhor



Alexandre Magno Carvalho de Oliveira está dificultando os trabalhos por não ter sido atendido as exigências do mesmo quanto ao Instituto pagar uma gratificação para a emissão dos pareceres dos processos da Previdência. Ao chegar ao Gabinete do senhor prefeito, os gestores, os conselheiros e a assessora contábil foram recebidos pelo mesmo e pelo procurador, o senhor Alexandre Magno Carvalho de Oliveira, o prefeito municipal o senhor logo Nielson de Queiroz indagou sobre o assunto e a senhora Maria da Paz falou sobre o problema que já vem acontecendo há mais de um ano com relação ao Procurador do Município que entende que ele deve receber uma gratificação do Instituto por entender que se trata de uma autarquia e que ele está fazendo um trabalho a mais, motivo pelo qual deverá ser remunerado. A senhora Maria da Paz falou que o Instituto não tem condições de montar uma equipe para realizar esse trabalho e assim necessita da equipe de licitação do município. Falou também que o conselho não concordou com as sugestões estabelecidas pelo senhor Alexandre, relatando que não tem o amparo legal para esse feito, a senhora Maria da Paz passou a palavra para a senhora Eliane, que disse que estão tentando fazer com que o Tribunal de contas emita um parecer sobre essa questão. O senhor prefeito citou o exemplo da IMS, onde tem uma comissão própria para isso, porém é algo que não se pode tomar como exemplo, o prefeito relatou que existe a necessidade de se pensar sobre esse assunto. A senhora Eliane Cristina falou que o Instituto faz parte da Associação Norte Rio-Grandense de Regimes Próprios de Previdência Social (Anorperv) e estão tentando junto ao Tribunal de contas fazer uma comissão com conselheiros, com pessoas que fazem parte do Instituto e que juntos com o professor Bruno Martins estão tentando que seja dada um parecer pelo próprio TCE. Eliane falou que desconhece entre os municípios que o pessoal da licitação seja remunerado por fazer o serviço da previdência. O senhor Alexandre citou a Lei que permite receber gratificação para exercer o trabalho, citando o exemplo dos gestores da Previ, porém, a senhora Maria da Paz lembrou que é permitido desde que exerça o trabalho com exclusividade, o que não é o caso do procurador, que já faz o trabalho da prefeitura também. O mesmo falou que poderia ser criada uma Lei introduzindo esse artigo da previdência, dando oportunidade dessa remuneração. O senhor Geraldo Gutemberg falou que se a Previ foi criada pelo município, e é algo como uma extensão, assim, o justo seria que o município fosse responsável em continuar cedendo a comissão de licitação para a realização dos processos licitatório do Instituto, uma vez que a Previ é algo integrado a prefeitura. A senhora Maria da Paz falou que existe a portaria de N° 133, de 23 de abril de 2024 que cede os



profissionais para realizar esse tipo de trabalho, a gestora falou sobre a questão do auxilio doença, pois desde 2019, passou a ser prioridade do município, porém, chegaram a um acordo que a Previ cederia o local, o sistema para as perícias e o município cederia a equipe de licitação. A senhora Eliane falou da necessidade de o Tribunal de contas emitir o parecer, assim, o senhor prefeito falou que realmente deve ter esse entendimento, pois até mesmo o município pode estar fazendo errado em ceder esses profissionais sem o amparo legal. O conselheiro Richard falou do perigo de fazer o elitismo, ser o primeiro a fazer algo que pode gerar problemas futuros, ainda relatou que a minuta da Lei emitido pelo senhor Alexandre citava, terço de férias, décimo terceiro, consignado como se fosse uma criação de cargos. O mesmo ainda falou que seria interessante esperar um parecer do Tribunal de contas, dando um norte para seguir. O procurador, falou que isso não é algo inédito e que se pode acrescentar na Lei. O prefeito falou da necessidade desse parecer para realmente se tomar uma decisão de pagar a remuneração ou não. O senhor Geraldo falou sobre a pequena demanda que vai ser somente o aditivo e que no ano passado foram mandados para a licitação somente 15 processos e quatorze tiveram retornos. O senhor Richard indagou se permaneceria do mesmo jeito e aguardaria o parecer do Tribunal de contas para ver como seria realizado esse caso. A senhora Eliane falou sobre a ideia de ser remunerado por processo, o que o procurador discordou, pois segundo o mesmo existe processo que toma todo o dia de trabalho dele, o que foi rebatido pelo senhor Geraldo que disse que também existem processos que necessitam apenas de uma assinatura. Eliane falou que não acha justo que apenas uma pessoa da licitação receba e os demais que também trabalham não seja remunerado. Ficou acordado que esperariam a resposta do tribunal de contas e enquanto isso o prefeito e o procurador se comprometeram a continuar o trabalho, após a resposta do Tribunal de contas se marcaria outra reunião para discutir a melhor maneira de contemplar os dois lados envolvidos, com esse acerto, a reunião deu-se por encerrada e assim, sem mais nada a tratar, eu, Francilene Pereira de Melo, layrei a Ata, e depois de lida e aprovada, os presentes deverão assiná-la.

*Francilene Pereira de Melo, Maria Jose de Ananjo,
Wario José de Almeida, Roseaneide Félix da Silva Matheus,
Marcelo José de Lima, Geraldo Guttemberg Pereira, Adriano Moura
da Silva, Raul Reidnei Costa de Medeiros, Richard Quirino Dantas de Ananjo.*

Relação dos participantes da audiência pública do Instituto de Previdência dos Servidores municipais de Jucurutu, realizada no dia 23 de janeiro de 2025 no teatro municipal de Jucurutu.

Sandria Maria Sope de Medeiros.
Maria do Socorro G. de Araújo
Francisca Maria Dantas
Mário Francisco Moura de Souza
Mateus Melo de Almeida
Edilene Ferreira Rodrigues
Marcelo José de Lima
Adriano Moura da Silva
Raul Reinaldo Costa de Medeiros
Kizoneide Félix da S. Mateus
Marine José de Araújo
Francilene Pereira de Melo.
Maria José de Souza
Richáldo Quirino Dantas de Araújo
Dore Góes Andrade